

TRADUÇÃO: PRÁTICA DA *ÉCRITURE* DE DERRIDA

Tatiany Pertel Sabaini Dalben¹

RESUMO: Pela ótica logocêntrica, há um significado transcendental que deve ser transferido no processo de tradução. Consequentemente, essa prática, por vezes, recebe status de cópia infiel e, o tradutor, de traidor, pois jamais conseguiria transferir tal significado, e, o texto fonte, é considerado detentor da verdade. Contudo, ao compreender a tradução pela ótica desconstrutivista, percebe-se que os significados são provisórios e dependentes de diversos fatores que incidem sobre a escritura (*écriture*). O que há, na verdade é um jogo suplementar (*jeu supplémentaire*), o jogo das substituições, em que as verdades são construídas nesse jogo de inter-relações. Assim, neste artigo, busco refletir acerca da impossibilidade da tradução quando concebida pela ótica estruturalista, e da sua possibilidade como transformação. Nesse sentido, chega-se à conclusão de que a tradução é, na verdade, um acontecimento linguístico-cultural e histórico singular que evidencia semelhanças e diferenças entre línguas em contato e a existência de várias línguas dentro de uma mesma língua. A desconstrução nos mostra que, quantas forem as traduções de um mesmo texto realizadas, tantas serão as transformações de significados. Ela, na verdade, não pode ser compreendida como a prática da equivalência, mas sim, da semelhança na diferença, um processo crítico e transformador.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Desconstrução. Transformação.

ABSTRACT: From a logocentric view, there is a transcendental meaning that must be transferred during the process of translation. Therefore, this practice is sometimes considered unfaithful, the translator, a traitor, since he could never reach such an objective, and the source text, the place of the truth. However, when we seek to understand translation by the deconstructive view, it is possible to notice that meaning is temporary and dependant on many different factors that concern the *écriture*. In fact, there is a supplementary game (*jeu supplémentaire*), the game of substitutions, in which truths are built within this game of inter relations. Thus, in this article, I seek to reflect upon the impossibility of translation when it is conceived by the structuralist view, and upon its possibility as a practice of transformation. In this respect, it is possible to conclude that translation is, in fact, a singular linguistic, cultural and historical event that bespeaks similarities and differences between languages in contact and the existence of many languages within the same language. Deconstruction reviews that the number of translations of a single text produced equals the number of transformations of meaning. As a matter of fact, it cannot be understood as a practice of equivalence, but as a practice of difference in similarity, a critical and transformational process.

KEYWORDS: Translation. Deconstruction. Transformation.

¹ Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta de Língua Inglesa e Tradução do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus – BA, Brasil. E-mail: tatianypertel@yahoo.com.br.

Dos desenvolvimentos filosóficos contemporâneos, a ‘desconstrução’ (*Déconstruction*) de Jacques Derrida é, na minha visão, o mais significativo, mas, também pode ser considerado o mais difícil de explicar ou sintetizar. Pois, como ressalta Rajagopalan (1992/2003³, p. 28), “a argumentação derridiana é extremamente densa e intrincada”. Mesmo assim, buscarei, em poucas páginas, resumir e discutir pontos importantes não somente da desconstrução, mas também da tradução a partir dessa perspectiva.

A palavra ‘desconstrução’ foi cunhada por Jacques Derrida para abrigar um movimento crítico-reflexivo proposto pelo filósofo em torno dos mais conhecidos e históricos construtos filosófico-linguísticos e semiológicos. O termo ‘desconstruir’ não significa destruir, mas, ao contrário, construir argumentação como resultado da realização de uma atividade infundável de reflexão, cujo objetivo, segundo Rajagopalan (1992/2003, p. 27) seria “‘*desmascarar*’ passo a passo a ‘*construção*’ que daí vai-se despontando por detrás – ela mesma uma outra máscara” (itálicos no ‘original’). Por essa razão chamo-a de ‘perspectiva’, uma vez que, como se pode perceber, a desconstrução não é uma teoria, ou um método científico, ela não se configura como uma técnica, tampouco um modelo de sistematização e análise. Nas palavras do próprio Jacques Derrida (1990/1999, p. 108),

a desconstrução nunca é um conjunto técnico de procedimentos discursivos, ainda menos um novo método hermenêutico que trabalha sobre arquivos ou enunciados cobertos por uma dada instituição estável; ela é, pelo menos, uma tomada de posição, no próprio trabalho, em relação a estruturas político-institucionais que constituem e regulam nossa prática, nossas competências e nossos desempenhos.

A ‘desconstrução’ que Derrida fez dos parâmetros estruturalistas surgiu como reflexões e análises de obras filosóficas e de processos de tradução empreendidos por ele mesmo. Suas reflexões sobre a tradução começaram antes mesmo de suas publicações na área da filosofia, com a introdução à sua tradução do livro “*L’Origine de la géométrie*” (“A origem da geometria”), de Edmund Husserl, em 1962. A partir desse texto, destaca Ottoni (1998, p. 11-12), “tradução e desconstrução caminham juntas e se (com)fundem em alguns momentos para revelar o mistério da significação”. Ou seja, o trabalho de Derrida, ressalta Johnson (1998, p.

³ Neste trabalho, serão explicitados o primeiro ano de publicação da obra e o ano de publicação da edição que possuo em mãos para consulta, respectivamente e separados por barra, quando forem diferentes.

28) “sempre foi, na verdade, (sobre) tradução. De fato, a teoria e a prática da *écriture* de Derrida ocupam exatamente o ponto em que a filosofia e a tradução se encontram”.

Para Derrida, a *écriture*, ou ‘escritura’, é a produção da linguagem a partir da criação de sentido. Os sentidos, porém, se constroem a partir de traços que pertencem a um jogo sempre móvel. Esse jogo, a cada instante, se arquiteta com peças diferentes, o que não permite que pensemos um texto, seja ele falado ou escrito, a partir de um centro, de um significado transcendental e preso ao texto. Para Derrida, a compreensão, a interpretação, e, conseqüentemente, a tradução, também constituem escrituras (*écriture*), pois se subscrevem conforme o jogo fluido que constrói toda interpretação.

Assim, pensar sobre a tradução leva a uma problematização dos construtos filosófico-linguísticos basilares da metafísica ocidental, muitas vezes pondo-os em xeque. Entretanto, é bom lembrar que a compreensão de tradução derridiana não ocorre linearmente, mas de forma meândrica, sem deixar escapar, pois, a característica da sua obra filosófica.

Embora seus escritos abranjam os mais variados assuntos, é a problematização do papel da escrita no sistema linguístico, também através da análise do conceito filosófico tradicional de tradução, que serve a Derrida como ponto de partida para a desconstrução dos construtos estruturalistas. Na epígrafe de “Gramatologia” (1967/2011), por exemplo, o filósofo demonstra sua preocupação quanto à hierarquização e dicotomia ‘fala x escrita’, quando afirma que “*a história da metafísica [...] que sempre atribuiu ao logos⁴ a origem da verdade em geral: a história da verdade, da verdade da verdade, foi sempre [...] o rebaixamento da escritura [escrita] e seu recalçamento fora da fala ‘plena’*” (DERRIDA, 1967/2011, p. 4, itálicos no ‘original’).

Essa tradição do rebaixamento da escrita é histórica, também representada no “Curso de Linguística Geral” (1916/2002, p. 34) – obra fundante da linguística – em que Saussure afirma que “língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro”. Ou seja, a tradição metafísica tem firmado a escrita como técnica artificial – em oposição ao caráter natural da fala –, secundária, falsa, pois ela considera a fala (*phoné*) como essência, verdadeira, originária e reveladora de uma consciência plena, expressão

⁴ Em grego *logos* significa ‘a palavra escrita, o Verbo’. Entretanto, filósofos gregos começaram a utilizá-la com outros significados. Para Heráclito, *logos* é a razão, o princípio, a explicação. Disponível em: <www.philosophy.pro.br/logos.htm>. Acesso em 27 abr 2015.

do *logos*⁵ como origem da **verdade**. A essa tradição, Derrida chama de “**logocentrismo**”⁶ que, na sua ótica, seria também um “**fonocentrismo**”, ou seja, a “proximidade absoluta da voz e do ser, da voz e do sentido do ser, da voz e da idealidade do sentido” (DERRIDA, 1967/2011, p. 14), que tem como ponto de origem, **centro** e fundamento de toda estrutura a noção da **presença**⁷.

O logocentrismo também é responsável pela visão de tradução como processo de cópia, de imitação de um texto supostamente ‘superior’, detentor da ‘origem’ do significado. Segundo essa perspectiva, a tradução é a prática da decodificação que leva a uma leitura ‘adequada’, revelando e protegendo, assim, o significado ‘correto’ que pode receber diferentes denominações segundo a tradição logocêntrica tais como: a essência do texto, ou a ideia ou a intenção do autor do texto ‘original’, ou ainda a mensagem do texto ‘original’, dentre outros. Esse significado ‘correto’ deveria ser transportado para a língua traduzida sem nenhuma perda ou interferência do tradutor. O produto da tradução é percebido como um texto ‘falso’, secundário, inferior, assim como se percebe a escrita na visão logocêntrica; e o texto fonte, o ‘original’, seria, nessa mesma perspectiva, o detentor da ‘essência’ e da verdade, do centro da significação, assim como o seria a *phoné*.

Essa perspectiva logocêntrica prevê a realização da tradução como reprodução fiel do texto ‘original’, devendo ser livre de sinais deixados pelo tradutor. Assim, ela cria para o tradutor uma missão impossível, pois ele deveria ter um conhecimento sobre-humano para tentar se manter a salvo do erro de uma tradução incoerente. Sobre essa perspectiva, Arrojo (1993, p. 135) ressalta que “dentro dos limites constrangedores desse cenário, em que a tarefa do tradutor implica uma preservação ideal do significado original sem nenhuma alteração ou perda, não é de surpreender que essa atividade sempre tenha sido associada ao fracasso e à incompetência”. A autora também destaca que essa visão limitada do processo tradutório seria

⁵ Destaquei de negrito palavras-chave desconstrutivistas para que o leitor interessado em obter um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto tenha-as como parâmetro e fonte inicial de pesquisas futuras. Elas somente aparecerão em destaque a primeira vez que forem mencionadas. Apesar de não oferecer glossário para termos desconstrutivistas, no tocante a alguns deles, foi necessário acrescentar em nota informações adicionais que podem ser importantes para a compreensão da perspectiva desconstrutivista e da sua ligação com a tradução, produção e transformação de significados.

⁶ A metafísica logocêntrica se refere à tendência no pensamento ocidental, desde Platão, em buscar a centralidade da palavra falada (*phoné*), que tem o privilégio da proximidade com o *logos*, atribuindo a ele (*logos*) a origem da verdade do ser. Todas as verdades veiculadas pelo logocentrismo são tomadas como definitivas e irrefutáveis.

⁷ “A metafísica logocêntrica colocou a presença, designada por *eidós*, *arché*, *telos*, *energeia*, *ousia* (essência, existência, substância, sujeito), *aletheia* (transcendentalidade, consciência, Deus, homem), como forma matricial do ser como identidade a si. [...] Considerada como ponto de origem, centro e fundamento de toda estrutura, a função da presença – significado transcendental – foi a de sempre orientar, equilibrar e organizar a estrutura, neutralizando ou limitando as possibilidades do jogo” (GLOSSÁRIO DE DERRIDA, 1976, p. 71).

a causa da estagnação das teorias de tradução durante tantos séculos (ARROJO, 1993). Sobre esse aspecto, Steiner (1975/2001) já havia afirmado que todas as teorias de tradução – formais, pragmáticas, cronológicas – seriam apenas variações de duas inescapáveis questões: de que forma se poderia, ou se deveria, atingir a fidelidade? Qual seria a correlação ideal entre o texto ‘A’ na língua de partida e o texto ‘B’ na língua de chegada? Para ele,

após cerca de dois mil anos de discussões e formulações de princípios, as crenças e as divergências manifestas sobre a natureza da tradução têm sido praticamente as mesmas. Teses idênticas, argumentações e contraposições conhecidas e recorrentes, quase sem exceção, desde Cicero e Quintilian até o presente momento (STEINER, 1975/2001, p. 251).⁸

Diante disso, pode-se afirmar que após séculos de redundâncias teóricas acerca da tradução, Derrida apresenta um novo olhar sobre essa prática. Ao contrário das reflexões que se instauraram dentro da Linguística e dos Estudos de Tradução, o filósofo propõe pensarmos, primeiramente, sobre a tradição filosófica a qual chama de **metafísica da presença**. Essa é percebida pelo filósofo como doadora do fundamento, totalizadora do sentido, ameaçadora da liberdade, obstáculo da emancipação. Sua proposta inclui a busca pela “de-sedimentação, a desconstrução de todas as significações que brotam da significação de *logos*, em especial a significação da verdade” (DERRIDA, 1967/2011, p. 13), que também está prevista na tradição estruturalista e logocêntrica que teoriza sobre o processo tradutório.

Em dois dos seus mais importantes trabalhos, “*De la grammatologie*” (“Gramatologia”) (1967/2011) e “*L’écriture et la différence*” (“A escritura e a diferença”) (1967/1971), Derrida propõe a desconstrução das oposições temáticas e hierarquizadas que constituem o fundamento da filosofia. Para o filósofo, não se pode pensar em termos de oposições, pois ao situar os termos dicotomicamente parte-se do pressuposto de que um é dependente do outro, isto é, de que seja possível uma organização sistemática das características de cada um, permitindo, assim, escolhas ‘corretas’. Derrida, ao contrário, propõe a perturbação da lógica oposicionista, afirmando que cada termo ultrapassa as características que impõe a sua posição oposta.

Uma das mais conhecidas dicotomias desconstruídas por Derrida é aquela que envolve os termos ‘significado e significante’, duas faces de uma mesma folha, conforme Saussure (1916/2002), que culmina em sua noção de signo. Segundo a sua definição apresentada no *Curso de Linguística Geral*,

⁸ *Over some two thousand years of argument and precept, the beliefs and disagreements voiced about the nature of translation have been almost the same. Identical theses, familiar moves and refutations in debate recur, nearly without exception, from Cicero and Quintilian to the present day.*

o signo linguístico une não uma coisa a uma palavra, mas um conceito [significado] a uma imagem acústica [significante] [...] Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. [...] esses dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte. [...] O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário* (SAUSSURE, 1916/2002, p. 80/81, itálicos no ‘original’).

Por ‘arbitrário’, Saussure não quer dizer que o significado dependa de alguma forma do usuário da língua, pois ele não tem poder de escolha – assim como é percebido o tradutor, condenado a ser um mero transportador de signos. Ao contrário, o linguista afirma que o signo linguístico é formado por uma combinação de significante e significado que são anteriores ao uso, participantes de um sistema idiomático já constituído. Portanto, o signo linguístico, conforme o pensamento saussuriano, “escapa à nossa vontade” (SAUSSURE, 1916/2002, p. 88), uma vez que a língua, nesse contexto, possui um caráter de fixidez, já que estaria ligada ao peso da coletividade e situada no tempo (SAUSSURE, 1916/2002).

Assim, o pensamento estruturalista de Saussure, como todas as teorias ligadas ao logocentrismo, pressupõe que a origem dos significados, ou seja, o centro da significação, só poderia ser encontrada fora do sujeito, no signo, na palavra, no texto, sendo, dessa forma, independente de contextos ou de quaisquer outros aspectos, ou mesmo da interpretação do sujeito. Esse centro, a origem fixa, o ponto de presença seria o **significado transcendental**, isto é, a origem absoluta do sentido. Dessa forma, a estrutura de um texto, de acordo com a metafísica logocêntrica, é finita, possui um ponto de presença, uma origem fixa, um centro de equilíbrio dentro do qual “é proibida a permuta ou a transformação dos elementos” (DERRIDA, 1967/1971, p. 230).

Essa noção é, portanto, refletida na visão dicotômica do texto ‘original’ com o texto traduzido, pois o significado não dependeria do leitor, tampouco do tradutor que não poderia possuir nenhum poder sobre a transformação dos signos. O significado do texto fonte seria fixo, independente de contextos ou da interpretação do tradutor. Como afirma Arrojo (1993, p. 138),

o pressuposto que abriga a hierarquia convencional entre original e tradução, e entre autor e tradutor, é outra versão da velha premissa que estabelece uma distinção absolutamente nítida entre o conhecimento e a linguagem, entre significante e significado, ou entre o que alguns ainda chamam de conteúdo e forma.

Derrida, entretanto, contraria a tradição logocêntrica e questiona a inflexibilidade do signo afirmando que ele não possui verdade presente, e sim um caráter provisório. Por isso, os signos não podem ser considerados “utensílios que ainda podem servir”, não devem ser atribuídos a eles “nenhum valor de verdade, nem nenhuma significação rigorosa” (DERRIDA, 1967/1971, p. 238). O signo é aquilo que, não tendo em si verdade, condiciona o movimento e o conceito de verdade, não é subordinado à letra, tampouco anterior à interpretação ou livre de contextos.

Dessa forma, não haveria como afirmar a existência de uma origem do significado, não haveria um centro estabelecido (significado central, originário ou transcendental), uma estrutura inflexível, como preconizam os estruturalistas. Segundo o filósofo, “o centro não é o centro” (DERRIDA, 1967/1971, p. 230), pois não há uma verdade fundadora, uma lógica transcendental, e quando se concebe a ausência desse centro idealizado “tudo se torna discurso” (DERRIDA, 1967/1971, p. 232) e amplia-se, a partir de então, o campo e o jogo da significação. Portanto, como argumenta o autor,

não se pode determinar o centro e esgotar a totalização porque o signo que substitui o centro, que o *supre*, que ocupa o seu lugar na sua ausência, esse signo acrescenta-se, vem a mais, como *suplemento*. O movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado (DERRIDA, 1967/1971, p. 245, *itálicos no ‘original’*).

O que existe, para Derrida, é um jogo suplementar (*jeu supplémentaire*), o jogo das substituições. O **suplemento** (*supplément*) só é possível quando se descentraliza o movimento de significação, possibilitando-se, assim, o movimento da **suplementariedade**, que é o movimento do jogo das substituições no campo da linguagem e, portanto, também da tradução. É nesse jogo que se constrói o centro, que é flexível, móvel, de origem no discurso. Para Derrida, não há pares de significado+significante, mas um contextual e um relacional que constroem as interpretações. A palavra, assim, não está posta, não há uma verdade absoluta. As verdades são construídas nesse **jogo** de inter-relações, de interpretações. Bem como explica Derrida (1967/1971, p. 245),

a natureza do campo – a saber a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: esse campo é com efeito o de um *jogo*, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. Esse campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, em vez de ser demasiado grande, lhe falta algo, a saber um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições. Poderíamos dizer [...] que esse movimento do jogo, permitido pela

falta, pela ausência de centro ou de origem, é o movimento da *suplementariedade* (itálicos no ‘original’).

O discurso e o jogo nos quais o indivíduo se encontra são, ainda segundo Derrida (1967/1971), os grandes responsáveis pela “estruturalidade da estrutura”. O jogo seria formado por várias peças móveis, como o contexto do discurso, o lugar, a história, o social, o cultural, o ideológico, os atos, as expressões corporais, o momento etc. A língua não está na estrutura. A língua é viva, construída a partir dos jogos da vida que oferecem possibilidades infinitas de diferentes substituições, mas que são inscritos no interior de um discurso socialmente e historicamente organizado, sendo, conseqüentemente, limitado, fechado.

Dessa forma, Derrida mostra que “não há signo linguístico antes da escritura” (1967/2011, p. 17), pois a “origem da escritura, [e a] origem da linguagem, as duas questões dificilmente se separam” (DERRIDA, 1967/2011, p. 35). Para compreender ‘**escritura**’ (*écriture*), termo muito utilizado por Derrida, não na mesma acepção dada pela metafísica ocidental, mas no lugar de ‘texto’, ou de ‘estrutura’ ou de ‘leitura’, utilizo a explicação de Marisa Grigoletto (1992/2003), leitora e autora desconstrutivista. A autora explica a ‘escritura’ derridiana como a [...]

[...] produção de linguagem, como inscrição de um texto no mundo, seja ele escrito ou falado, produzido ou compreendido. A compreensão constitui também uma escritura, se entendida como criação de sentido, impressão de um texto a um conjunto de sinais gráficos ou sonoros que, antes do trabalho do leitor/produzidor, não tem nenhum sentido (GRIGOLETTO, 1992/2003, p. 32).

Assim, a escritura se refaz a cada nova produção de texto (falado ou escrito), a cada nova leitura desse texto – inclusive do próprio autor –, a cada nova interação, a partir das peças disponíveis em determinado momento, criando, dessa forma, uma ilusão de que há um significado transcendental, uma origem, um centro. Entretanto, esse é um momento fugaz, que se desfará no momento seguinte, e se reconstruirá uma nova possibilidade de significados, uma nova escritura.

As reflexões de Derrida, portanto, demonstram a impossibilidade da tradução, ou melhor, a intraduzibilidade. Não que ela não exista, nem que seja impraticável, mas ela não existiria nos termos logocêntricos que preveem o transporte de sentido, de significados. Todo seu projeto desconstrutivista, como dito anteriormente, parte do princípio de que a tradução seja, na verdade, a origem de toda a base filosófica tradicional logocêntrica e por isso seria impossível. Sua reflexão sobre o conceito filosófico tradicional da tradução exposto em seu texto “*L’oreille de l’autre*” (“A orelha do Outro”), publicado em 1982 é a seguinte:

O que diz o filósofo quando está filosofando? Ele diz: o que conta é a verdade ou é o sentido, e já que o sentido está antes ou além da língua, por conseguinte ele é traduzível. O que comanda é o sentido e, conseqüentemente, devemos poder fixar a univocidade do sentido, ou em todo caso, a plurivocidade deve ser domesticável. Se essa plurivocidade pode ser domesticável, a tradução como transporte de um conteúdo semântico numa outra forma significante, numa outra língua, é possível. Não existe filosofia a menos que a tradução seja possível nesse sentido, portanto a tese da filosofia é a traduzibilidade neste sentido corrente, ou seja, transporte de um sentido, de um valor de verdade, de uma língua numa outra, sem prejuízo essencial. [...] A origem da filosofia é a tradução ou a tese da traduzibilidade, de forma que caso tenha falhado a tradução neste sentido corrente, falhou também a filosofia (DERRIDA, 1982/1985, p. 120)⁹.

A partir dessa reflexão sobre o que Derrida chama de “sentido corrente” da interpretação da tradução é que ele constrói sua tese da intraduzibilidade, e as conseqüências dessa intraduzibilidade, nos termos derridianos, levam a uma visão diferenciada dessa prática. Em primeiro lugar, Derrida demonstra a importância em se considerar que a tradução é uma tarefa ao mesmo tempo “impossível e necessária” (1987/2002, p. 21) – impossível nos termos logocêntricos – e lança um movimento que ele chama de *double bind* (duplo vínculo), o qual abala a divisão estanque entre duas línguas estabelecida pela tradição estruturalista. A tradução como cópia do original, nessa perspectiva, seria algo impossível, que daria lugar a uma noção de tradução como prática de transformação necessária ao estabelecimento de uma ligação em via dupla (*double bind*) entre duas línguas. Ou seja, nem a dicotomia nem a posição hierarquizada existiriam, mas, sim, uma ligação que estabeleceria uma linguagem maior: o ‘original’ e suas traduções.

Assim como as demais dicotomias, a desconstrução não enxerga a tradução como uma prática que separa dois sistemas linguísticos distintos. Ela é, na verdade, um **acontecimento** linguístico-cultural e histórico singular que evidencia semelhanças e diferenças entre as línguas e a existência de várias línguas dentro de uma mesma língua (DERRIDA, 1982/1985). Ou seja,

⁹ *What does the philosopher say when he is being a philosopher? He says: What matters is truth or meaning, and since meaning is before or beyond language, it follows that it is translatable. Meaning has the commanding role, and consequently one must be able to fix its univocality or, in any case, to master its plurivocality. If this plurivocality can be mastered, then translation, understood as the transport of a semantic content into another signifying form, is possible. There is no philosophy unless translation in this latter sense is possible. Therefore the thesis of philosophy is translatability in this common sense, that is, as the transfer of a meaning or a truth from one language to another without any essential harm being done. [...] The origin of philosophy is translation or the thesis of translatability, so that wherever translation in this sense has failed, it is nothing less than philosophy that finds itself defeated.*

a tradução como acontecimento deflagra a língua, realiza a impossibilidade do transporte de significados de uma língua para outra, mas demonstra que quantas forem as traduções, assim como as leituras, ou seja, as escrituras, todas demonstrarão o acontecimento da **transformação** dos significados como uma imagem metafórica das diversas línguas dentro de uma mesma língua construídas a cada instante a partir do jogo da significação. O que pode haver, nesse sentido, é um **transbordamento**, uma extensão da língua, pois uma língua se mostra como suplemento, ao mesmo tempo em que o jogo da significação leva à transformação e produção de significados.

Assim, Derrida compreende que “se o tradutor não restitui nem copia um original, é que esse sobrevive e se transforma. A tradução será, na verdade, um momento de seu próprio crescimento, ele aí completar-se-á engrandecendo-se” (DERRIDA, 1987/2002, p. 46). O tradutor, nesse sentido, ao mesmo tempo em que tem a obrigação de transportar significados e de encontrar e reproduzir a ‘mensagem’ do texto fonte em outra língua – pois é o que se exige de um tradutor – ele não poderá fazê-lo, pois o texto, no sentido desconstrutivista, deixa de ser um depósito de significados e transforma-se em um paiol de criação. O que ocorre é que o tradutor “estende o corpo das línguas, ele coloca a língua em expansão” (DERRIDA, 1987/2002, p. 49), libertando-a, transformando-a, ampliando-a e criando novas possibilidades, novas escrituras. Assim, segundo Derrida (1987/2002, p. 38), “o original se dá modificando-se, esse dom não é o de um objeto dado, ele vive e sobrevive em mutação”. Portanto, a tradução também se mostra como **promessa** de “um reino à reconciliação das línguas. Essa promessa, acontecimento propriamente simbólico, ajunta, acopla, casa duas línguas como as duas partes de um todo maior” (DERRIDA, 1987/2002, p. 64).

Seguindo esse raciocínio, na compreensão da prática da tradução pela ótica desconstrutivista, não há possibilidade de captura do que o estruturalismo convencionou chamar de centro, alma ou espírito de um texto, ou as intenções do autor. Portanto, encontrar a ‘origem’ do significado, ou o que muitos chamam de ‘mensagem’ do texto, e transportá-los para outra língua seria uma tarefa inalcançável, pois como afirma Arrojo (1986/2002, p. 22),

ainda que um tradutor conseguisse chegar a uma repetição total de um texto, sua tradução não recuperaria nunca a totalidade do ‘original’; revelaria, inevitavelmente, uma leitura, uma interpretação que, por sua vez, será, sempre, apenas *lido* e *interpretado*, e nunca totalmente decifrado ou controlado (itálicos no ‘original’).

Nesse sentido, a tradução somente será possível se a enxergarmos como uma prática da **semelhança na diferença**, e não da equivalência entre mensagens, pois, segundo Derrida (1987/2002, p. 36), essa prática seria “uma forma e a lei dessa forma tem seu primeiro lugar no original. Essa lei se coloca inicialmente como uma demanda ao sentido forte, uma exigência que delega, manda, prevê, designa”, mas isso se dá pela transformação e produção de significados, criando, assim, a impressão de se ter o mesmo texto em outra língua.

Dessa forma, ao partirmos da premissa de que a tradução demonstra a impossibilidade da estabilidade entre significante e significado, também evocamos o papel transformador da linguagem assumido pela tradução. Essa premissa é esclarecida por Derrida (1972/2001, p. 26) em entrevista concedida a Julia Kristeva, durante a qual explicou que,

nos limites em que ela é possível, em que ela, ao menos, parece possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas, se essa diferença não é nunca pura, tampouco o é a tradução, e seria necessário substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro.

A partir da perspectiva desconstrutivista, percebe-se a tradução como a escritura, como a leitura, um outro original, que se dá a partir das muitas interpretações possíveis, da transformação do texto fonte, um processo produtor, (re)criador de significados que ocorre dentro de um jogo caracterizado por Derrida de seguro, “aquele que se limita à substituição das peças dadas e existentes, presentes” (1967/1971, p. 244). Assim, de modo inspirador, Arrojo (1986/2002, p. 24) posiciona-se com respeito a essa visão, afirmando que “a tradução, como a leitura, deixa de ser, portanto, uma atividade que protege os significados ‘originais’ de um autor, e assume sua condição de *produtora* de significados; mesmo porque protegê-los seria impossível” (itálicos no ‘original’). Ao seguir esse raciocínio, dilucida-se, pois, que aquela tradicional compreensão do texto como um conjunto de signos que possuiriam significados estáveis, presentes e permanentemente conservados seria, na verdade, um sofisma.

Assim, a tradução demonstra que a escritura se renova a cada instante e que o centro será sempre móvel, fugitivo, incapturável. Ela pode ser exemplo concreto de que a significação se constrói a partir de um jogo e que o resultado da tradução, como a leitura, sempre demonstrará a ausência de um centro e a flexibilidade do signo dentro do movimento da ‘suplementariedade’. Ou seja, “uma tradução esposa o original quando os dois fragmentos ajuntados, tão diferentes quanto possível, se completam para formar uma língua maior, no curso de uma sobrevida que modifica todos os dois” (DERRIDA, 1987/2002, p. 50).

Tal perspectiva desconstrutivista da tradução é aqui compreendida como uma forma de superar toda a frustração causada pela tradição logocêntrica que enxerga a origem do significado como estando fora do sujeito e do seu contexto interpretativo. Essa frustração ocorre toda vez que uma tradução é vista como uma cópia mal feita do original, uma imitação grosseira, pois ela sempre será falha, incapaz, ineficiente na visão tradicional logocêntrica.

O trabalho de Derrida desconstrói essa visão de tradução, revelando-a como prática ‘impossível’ – *double bind* – transformadora e produtora de significados, promotora das línguas, um processo de (re)criação, (re)construção, provocadora de tensões que se mostram a partir da presença de várias línguas dentro de uma mesma língua, mostrando-se uma prática resistente à moldura logocêntrica como um acontecimento estável e sistemático.

Essa perspectiva filosófica se mostra uma potencial ferramenta para reformular conceitos de tradução e do processo de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, além de mostrar-se bastante interessante para a formação de professores como sujeitos crítico-reflexivos no âmbito da universidade. Dessa forma, tal discussão se revela não somente oportuna, em tempos favoráveis à perpetuação de um pensamento simplista, mas, sobretudo necessária, de forma que os professores em formação possam partir da compreensão de texto como fonte reveladora e inspiradora de criticidade, reflexão e transformação, assim como mostra a prática da tradução.

Referências

ARROJO, R. *Oficina de Tradução: A teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986/2002.

_____. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 132-150.

DERRIDA, J. *A Escritura e a Diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1967/1971.

_____. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1967/2011.

_____. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1972/2002.

_____. *The ear of the other: otobiography, transference, translation*. Tradução de Peggy Kamuf. New York: Schocken Books, 1982/1985.

_____. *Torres de Babel*. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987/2002.

_____. *O olho da universidade*. Tradução de Ricardo Iuri Canko e Ignacio Antônio Neis. São Paulo: Estação Liberdade, 1990/1999.

GRIGOLETTO, M. A desconstrução do signo e a ilusão da trama. In: ARROJO, R. (Org.) *O Signo desconstruído*. 2 ed. São Paulo: Pontes, 1992/2003.

JOHNSON, B. A fidelidade considerada filosoficamente. In: OTTONI, P. (Org.) *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Editora da UNICAMP, FAPESP, 1998. p. 27-32.

OTTONI, P. *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Editora da UNICAMP, FAPESP, 1998. p. 11-18.

RAJAGOPALAN, K. A trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano. In: ARROJO, R. (Org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. 2 ed. São Paulo: Pontes, 1992/2003. p. 25-30.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 30 ed. São Paulo: Cultrix, 1916/2002.

STEINER, G. *After Babel*. Londres: Oxford University Press, 1975/2001.